MNU JORNAL

Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado

Nº 17, setembro/outubro/novembro de 1989 – NCz$ 3,00

Morte violenta de crianças e adolescentes negros é 4,5 vezes maior que a dos brancos.
p. 7

190 anos da Inconfidência Baiana: a reivindicação social e étnica.
p. 9

"Guerra santa"

No dia 15 de agosto, os jornais da cidade estamparam em suas páginas o ruidoso protesto promovido pelos fanáticos seguidores da "Igreja" Universal do Reino de Deus. Componentes da referida igreja promoveram uma passeata, incriminando publicamente os adeptos das religiões afro-brasileiras, chamando-os de criminosos, infanticidas, incriminação essa que não podemos deixar passar como se nada houvesse acontecido. É preciso chamar à responsabilidade os covardes líderes que se escondem atrás de criaturas ingênuas, mal informadas, que certamente desconhecem o crime de injúria.

Desconhecemos o infanticídio aqui no estado da Bahia por sacrifício a orixás. O único crime praticado contra crianças aqui em Salvador, há algum tempo, não partiu de nenhum religioso umbandista ou candomblecista. Esse hediondo sacrifício para um "Deus" imaginário partiu das cabeças alienadas de um homem conhecido pelo vulgo de "Matota" e de sua mulher, "Marata". Os fanáticos sacrificaram os filhos dos membros de sua própria "fé", e ainda usavam as esposas de outros irmãos para fazer sexo, tudo isso em nome do seu "Deus e Senhor".

E agora novos grupos liderados por inconseqüentes seguidores da chamada "Igreja Universal", acintosamente desafiando a lei maior que dá a todo cidadão o direito de professar livremente a sua religião, criaturas manipuladas por forças ocultas com interesses escusos, racistas travestidos de falsa religiosidade, querem manter o negro, que é, na maioria, de baixo poder aquisitivo, na total ignorância, escravizando-o sob a tutela dos falsos religiosos, tomando o pouco que lhe cabe de um salário injusto. O pobre coitado, geralmente semi-analfabeto, cai no engodo das frases feitas para mantê-lo na obscuridade, alheio a tudo que se passa, trabalhando sem direito a nenhum lazer, saindo do trabalho para o falso templo, ouvindo e aplaudindo os gritos histéricos de qualquer demente sugestionado. Instigados pelos falsos profetas, fazem depoimentos os mais ingênuos. Os descendentes da Diáspora Africana devem unir-se para fazer valer os seus direitos de professar decentemente sua religião. O culto à mãe natureza é o lema dos orixás. Sacrifício de criança é inverdade, o líder dessa malfadada passeata deverá ser chamado à responsabilidade. Com tantas coisas a serem definidas, e reivindicações a serem feitas para o povo, forças ocultas reúnem logo o povão, vedando-lhe os olhos, promovendo uma "guerra santa", cujos mísseis podem explodir em suas próprias cabeças.

Esta passeata chamou-me a atenção para um fato ocorrido há poucos dias atrás. No Cabula, em São Gonçalo, existe uma igreja desse ramo. E ela reuniu seus fiéis que, como se estivessem possessos, com baldes e vassouras, lavando a rua, gritavam, SAI, SATANÁS! Varriam e jogavam água no asfalto e, quando chegaram em frente ao portão do AXÉ OPÔ AFONJÁ, empunharam as vassouras e entraram agredindo a todos que ali se encontravam trabalhando e tiveram que defender-se da melhor forma. Imagine a que ferocidade essas forças mal direcionadas estão levando as pessoas. Essa gente, que não respeita nem a privacidade de seus vizinhos, invade domicílios, numa comunidade onde existem creche e escola primária, faltando com o respeito devido à presença de crianças de tenra idade e senhoras de idade avançada, numa atitude antidemocrática.

É preciso deixar de lado a intolerância e procurar trabalhar, construir. Os adeptos dessa seita estão sendo empurrados para um abismo profundo. Na hora do vamos ver, seus líderes somem ou nem precisam fugir, porque vivem encobertos à sombra da ingenuidade dos seus liderados.

Lindinalva Rosa de Oliveira (Naná)
Salvador, Bahia.

JORNAL DO MNU

Nº 17, setembro/outubro/novembro de 1989

O Jornal do MNU é uma publicação do Movimento Negro Unificado. Imprensa negra autônoma, livre e independente.

COMISSÃO NACIONAL DE IMPRENSA: Edson Cardoso (DF), Jônatas C. da Silva (BA), João Marcos Braz (MG), Ivana Leal (GO), Josafá Mota (PE), Íris da Silva (RJ) e Reginaldo Pereira (SP).

Correspondência para: MNU/Bahia – Caixa Postal 6423, CEP 40000 – Salvador-Bahia.

Diagramação, Composição, Revisão e Arte-final: SIC – Serviços Integrados de Comunicação Ltda. – SDS – Ed. Venâncio II – salas 504/505 – Tel: (061) 225.6201 – Brasília-DF.

Foto: Marcom de Mattos

Movimento Popular Anti-Racismo

O Mopar (Movimento Popular Anti-Racismo) congrega algumas entidades do movimento popular de Porto Alegre. As discussões nesta nova entidade têm sido feitas para traçar planos de ação que façam com que a opinião pública perceba o óbvio, a existência do racismo.

O trabalho tem girado em torno de dois eixos: um que atende as preocupações da comunidade judaica em torno da reedição das idéias nazistas e outro voltado para a questão da violência policial, que afeta a população negra da capital gaúcha.

Esta articulação é um fato novo em termos de participação social, de forma que vem ganhando espaço nos meios de comunicação local e nacional, a ponto de determinar medidas concretas por parte da justiça e do legislativo municipal na investigação das denúncias realizadas pelo Mopar, tais como:

– A decisão, por parte da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, de considerar como **persona non grata** o sr. Siegiried Ellwanger, autor de livros de conteúdo nazista.

– Inclusão da figura do negro na campanha publicitária veiculada em todo o estado, na qual a Caixa Econômica Estadual, em seu apelo publicitário, homenageia os povos que formaram o Rio Grande do Sul e omite a figura do negro.

Representantes do Mopar foram recebidos pelo presidente da Caixa, que na ocasião comprometeu-se em corrigir o terrível engano.

– A reabertura do inquérito que apura o assassinato de Júlio César de Mello Pinto, em que todos os envolvidos estavam em liberdade. Estes acontecimentos foram possíveis após vigílias realizadas pelo Mopar em frente ao Tribunal Militar.

No dia 13 de outubro, foram realizadas manifestações integradas pela comunidade judaica e entidades do Movimento Negro, em frente à loja que vende símbolos nazistas, culminando com uma passeata pelo centro da cidade até a Esquina Democrática.

Sérgio Augusto Coelho
Porto Alegre, RS.

O Jornal do MNU transcreve a seguir parte do documento de apresentação do Mopar.

"Há dois anos o movimento negro denunciou a execução do operário negro JÚLIO CÉSAR DE MELLO PINTO por integrantes da Brigada Militar.

Na ocasião, afirmávamos que esté não era mais um crime como tantos outros que diariamente estamos a tomar conhecimento pelos meios de comunicação, que tratam do problema social, que leva milhares de subcidadãos à marginalidade, como mero caso de polícia.

Pelo fato de ser negro, Júlio foi confundido com um dos ladrões que haviam acabado de assaltar um supermercado no bairro Partenon. Por isso foi indevidamente detido, algemado, colocado numa viatura, levado para um local distante e isolado e ali executado a tiros.

O assassinato de Júlio levou o governo Simon, através do secretário de Segurança, Waldir Walter, a determinar à Brigada Militar a abertura de um IPM para apurar o caso.

O IPM, expediente burocrático inventado pela ditadura militar, não mostrou as circunstâncias em que Júlio foi morto e quem determinou sua execução. Isso demonstra que uma corporação não pode investigar os crimes praticados por seus integrantes, tampouco poderia o caso ser julgado por um tribunal militar. Afinal, queiram ou não, Júlio César era um cidadão civil, e, por esta razão, a sociedade civil exige a investigação do crime pelas leis comuns, perante a fiscalização de autoridades e entidades do Movimento Popular.

Diante deste quadro, estamos a alertar a sociedade para a impunidade, para os danos causados pela ideologia racista que faz com que instituições e homens desprezem o valor da vida humana em nome da arrogância racial.

Enquanto não se fizer justiça, estaremos mobilizados. Júlio César de Mello Pinto não morreu em vão. Seu exemplo serve para que possamos ficar espertos e combater o racismo em todas as suas instâncias. Por este motivo, estaremos realizando manifestações todas as sextas-feiras, numa demonstração de que a sociedade civil não esqueceu a execução de Júlio César e que estaremos de prontidão contra qualquer forma de discriminação".

NÓS, OS NEGROS

Eles, os presidenciáveis

E constrangedor assistir ao horário da propaganda eleitoral na televisão. Com raras exceções, parece que os candidatos só agora descobrem o Brasil, embora muitos deles sejam cúmplices dos poderes que geraram a situação de calamidade em que vivemos.

Referimo-nos à realidade dos comedores de lixo, dos favelados, das crianças subnutridas, dos martirizados pelo sistema público de saúde. Falamos dos párias deste país, negros em sua imensa maioria, que aparecem na televisão não como **atores, sujeitos, cidadãos,** mas como cenário para ser tripudiado pela demagogia racista: catando lixo, dando a mão ao branco que vai construir o Brasil "novo", fazendo biscates ou exibindo o sorriso desdentado de quem é feliz com a miséria e a subserviência.

As questões centrais que dizem respeito à população negra não são tratadas no programa dos candidatos, que também não mostram as reais causas da situação a que estamos submetidos. O que está por trás das cenas é que constitui a verdadeira cara do Brasil. Um Brasil onde mais da metade da população é negra, mas não usufrui da riqueza da oitava economia do mundo. Onde os trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo são na maioria negros, porque estão situados nas ocupações mais desvalorizadas. Onde os negros recebem menores salários que os brancos em todas as categorias ocupacionais, sendo que nas ocupações de nível

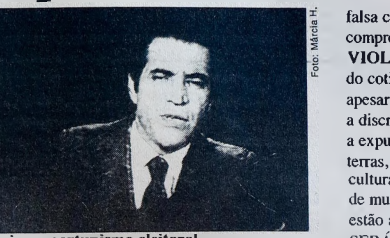

Foto: Márcia H.

Pedreira: oportunismo eleitoral a serviço da direita

superior os negros recebem, em média, cerca de 44% da remuneração do trabalhador branco.

Até as estatísticas produzidas nas repartições governamentais já se renderam à realidade. Mas os candidatos preferem agir como se vivêssemos numa "democracia racial". Acham que com o vale-transporte e o vale-comida resolverão a situação dos milhares de desempregados e biscateiros. Não percebem que nem mesmo o acesso à escola vai permitir que o negro tenha espaço nas ocupações mais valorizadas. Pelo contrário, quanto maior a escolaridade do trabalhador negro, maior é a diferença salarial em relação ao branco! Mas apesar destas evidências, é como se o racismo só existisse na África do Sul.

É lamentável constatar que mesmo as candidaturas de esquerda são polarizadas por esta falsa compreensão das elites dominantes. Uma compreensão que insiste em negar a **VIOLÊNCIA RACIAL** como um dado cruel do cotidiano de qualquer negro brasileiro. Mas apesar da omissão (deles), a perseguição policial, a discriminação no acesso aos poucos empregos, a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras, o uso oportunista das manifestações culturais afro-brasileiras, a esterilização maciça de mulheres negras e muitos outros mecanismos estão aí para provar: UM NOVO BRASIL SÓ SERÁ POSSÍVEL QUANDO FOREM ELIMINADAS TODAS AS FORMAS DE RACISMO E DE EXPLORAÇÃO.

A omissão dos candidatos não é causal, mas resulta da hipocrisia que sempre marcou as relações entre brancos e negros. É mais fácil manipular uma população quando a ela se nega o direito à identidade. O contrário colocaria em risco as vantagens que permitem ao branco, de qualquer classe social, sentir-se superior ao negro.

Finalmente, alguém mais desavisado poderia argumentar: "Mas existem dois candidatos negros!" Ao que responderíamos: "Ser negro é mais do que admitir-se como parte de um grupo racial, mas é, principalmente, compreender, denunciar o racismo e lutar por uma sociedade onde o negro seja reconhecido como o sujeito histórico de sua própria libertação". Fora isto, só resta o mais puro utilitarismo.

Construir um Brasil negro depende de você

EDUCAÇÃO E SAÚDE

- Propor novo currículo mínimo em todos os graus de ensino, e reorientar a filosofia da educação levando em conta que a sociedade brasileira é multirracial.
- Eliminar o conteúdo preconceituoso e racista presente nos livros didáticos.
- Promover campanhas educativas de combate ao racismo, através de rádios e televisões, estatais e concessionárias.
- Promover campanhas de prevenção e identificação precoce de doenças que atingem principalmente a população negra (hipertensão, anemia falsiforme).
- Estabelecer uma política de combate a qualquer iniciativa de controle da natalidade, executada através do uso indiscriminado de esterilização e de drogas anticoncepcionais em experimentação.
- Garantir a efetivação do sistema unificado e descentralizado de saúde em todos os municípios.

TERRA E HABITAÇÃO

- Assegurar aos negros a propriedade de terras de antigos quilombos, e elaborar projetos que permitam o desenvolvimento equilibrado e integrado destas regiões.
- Realizar programas de redistribuição de terras nas cidades, de forma a garantir aos sem-teto moradias com toda a infra-estrutura necessária.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

- Encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei que transfira para a justiça comum o julgamento de crimes contra o cidadão cometidos por policiais militares.
- Elaborar projetos que contemplem a mudança de concepção do sistema penitenciário brasileiro, e a eliminação da tortura nas delegacias e prisões.
- Fazer cumprir a legislação que prevê a obrigatoriedade do mandado judicial para as prisões que não sejam resultantes de flagrante delito.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Buscar maior aproximação com os países africanos, tendo por base a compreensão das ligações históricas do povo negro no Brasil e na África.
- Romper todas as relações do Brasil com o sistema racista da África do Sul.
- Estatizar todas as empresas de capital sul-africano que operam no Brasil.
- Reconhecer como legítimos representantes de seu povo as organizações que lutam contra o **apartheid.**
- Garantir a presença do negro na representação diplomática brasileira, e eliminar as barreiras racistas que impedem o acesso de negros ao Instituto Rio Branco.

Estes são alguns pontos do programa mínimo que o MNU está propondo para que toda a comunidade negra discuta com o seu candidato a presidente da República. Dê outras sugestões. Amplie estas idéias.

Para que o Candomblé sobreviva

Setembro foi um mês de profundo significado para o Candomblé da Bahia. A Ialorixá Stella de Oxóssi completou 50 anos de sacerdócio no Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá. O JORNAL DO MNU de certo modo não homenageia nestas páginas Mãe Stella. Nós é que seremos homenageados por Ela ao transcrevermos, com a sua permissão, o manifesto PARA QUE O CANDOMBLÉ SOBREVIVA, publicado na revista Planeta de junho de 1989. Axé, Mãe Stella.

Por Stella Azevedo e Cleo Martins (*)

Será que candomblé – nome dado ao culto dos orixás é apenas o conjunto de roupas coloridas, torsos altos, fios de conta que tombam sobre o peito, toques de atabaques bem compassados, muita comida, plumas, tecidos importados e "barracão" (1) cheio de gente? Ou sair por aí se vangloriando por ser filho deste ou daquele orixá?

Onde reside a seriedade disso tudo? O que é feito da essência do candomblé? Que diriam Massi, Pulquéria, Aninha, Runhó, Maria Neném, Maria Violão, Romênia e tantas outras respeitáveis mães-de-santo se ouvissem dizer que o que vale mesmo é a intuição, que na hora se dá um jeito e tudo fica certo?

Pedimos inspiração aos orixás, oduns, inkices (2) para que nos façamos entender. Não queremos apresentar denúncias, mas fazer um apelo aos membros da religião – principalmente aos iniciados – para que o candomblé não pereça, diante de tantas irresponsabilidades de hoje em dia.

Muito se fala em *resistência*, em predominância dos valores da cultura africana, volta às origens, etc. Infelizmente, muito se fala e pouco se pratica. Isto porque o candomblé virou moda: jogam-se búzios em lojas e livrarias, usam-se fios de conta e ferramentas de orixás porque é "bonito".

Que dizer de membros do culto que no carnaval exibem na avenida objetos sagrados dos rituais e comportam-se como se estivessem manifestados? Diante de tantas barbaridades cometidas por pessoas que se dizem iniciadas – algumas delas pais e mães-de-santo –, não podemos culpar os não-adeptos por sua descrença.

Há shows folclóricos explorando o que há de mais sério no candomblé: a manifestação dos orixás em seus filhos. O turista assiste ao espetáculo, vê o moço "vestido de orixá" imitando os bravos guerreiros, dançando as danças sagradas. Depois resolve ir a um terreiro para assistir a festas e, quem sabe, ver aquele belo jovem realmente transformado em Xangô, Oxóssi ou Ogum. O que irá pensar? Se tiver um mínimo de bom senso, vai achar que candomblé não é coisa séria; que equivale a "samba de roda" ou qualquer outro tipo de folclore.

Isso é resistência? Com certeza, não. É retrocesso.

Pedimos licença a todos os ancestrais de nossa religião para uma volta ao passado, a uma época de repressão policial, de atabaques furados, pais e mães-de-santo apanhando na polícia, de objetos do culto apreendidos por serem manifestação de bruxaria, fetichismo, "coisas de negros". Pedimos licença a esses homens e mulheres, às vezes tão incompreendidos, que, em virtude de sua fé e coragem, fizeram com que o candomblé sobrevivesse.

Ilustração Cleyde

Há pouco mais de 50 ou 60 anos, o candomblé era não só perseguido, mas também proibido. Existem muitos textos a respeito. Houve a resistência do povo – resistência que teve como respaldo a fé, o senso de sobrevivência física e de identidade. A exemplo de Procópio do Ogum, pais-de-santo apanhavam na polícia, iam presos e continuavam a praticar a religião, quando o mais fácil talvez fosse aceitar a idéia imposta.

Mãe Aninha, a valente Eugênia Anna dos Santos (1889-1938), fundadora do terreiro Axé Opô Afonjá, tendo sido bastante perseguida, não vacilou: numa época em que o transporte era difícil, enfrentou a travessia marítima e conseguiu audiência com Getúlio Vargas, obtendo autorização para a prática do candomblé. Graças a esses bravos sacerdotes – pessoas que sabiam o papel que desempenhavam neste mundo – muito se fala em candomblé como a maior fonte de resistência negra no Brasil.

Hoje, porém, o cenário é bem diferente. Existe gente que se veste de orixá, que improvisa, "dá um jetinho", se utiliza de garçons para servir beberetes, oferece jantares à luz de velas enquanto o candomblé "acontece" e assiste no videocassete à última festa de orixá. Agora já existem até os "pais-de-santo computadorizados"...

Como tantas outras religiões, o candomblé possui dogmas e liturgia própria. Sua essência não pode ser perdida, caso contrário a resistência de tantos terá sido inútil. A exemplo de antigas religiões, o culto aos orixás é, antes de tudo, a exaltação da natureza e de seus elementos. Sem a *natureza*, sem terra, ar, fogo, água, plantas, pedras, etc., ele inexiste. Como pode, então, haver iniciações em apartamentos e casas onde não há árvores, água de fonte e outros valores básicos? Evidentemente, a religião, como tudo, sempre passa por um processo dinâmico, mas não pode e não deve perder sua própria pureza, a sua identidade.

O local de culto é muito importante; a casa de candomblé tem de ser um espaço sagrado, com lugar apropriado para a louvação dos diferentes orixás, com árvores, folhas indispensáveis para as iniciações, água natural (e não somente a chamada "água de rua"). A liturgia deve ser praticada em sua forma pura.

Como se sabe, o candomblé foi trazido para o Brasil por seres considerados subhumanos, analfabetos, diferentes. Ao contrário do que aconteceu com outras crenças, as quais têm legados escritos, sua tradição foi passada oralmente. Isso, sem dúvida, dificulta uma possível união de cultos. Independemente das inúmeras comunidades ditas terreiros, porém, a essência do candomblé existe e deve ser preservada.

No candomblé, a iniciação é feita – conforme o orixá – em um número determinado de dias – não pode ser mais nem menos. Da mesma forma, as obrigações de tempo de iniciação devem ser realizadas de acordo com a tradição da religião. Em comunidades menos antigas, no entanto, pode se constatar a pressa, o jeitinho, o espírito de que uma obrigação de sete anos pode ser feita em um (já que "o caso é especial"). Concessões, porém, não são permitidas: se o ritual determina que tal "obrigação" tem de ser realizada em certo local, hora e mediante algumas condições, o jeitinho (tão brasileiro) não pode prevalecer. Além disso, entre todos os membros do candomblé deve haver uma igualdade de tratamento, segundo a hierarquia do culto. Afinal, por mais experiência que o iniciando tenha de outras situações, por mais leitura, posição social, viagens e condições financeiras, na religião ele é um neófito, e como tal precia ser tratado – com o devido respeito, mas sem que se façam concessões. No processo de iniciação, queimar etapas só prejudica o caminho do noviço, muitas vezes vítima de aventureiros. Candomblé é coisa séria, e como tal deve ser tratado.

Por essas razões, o período de *abiã* – primeiro estágio pelo qual alguém passa no mundo dos candomblés – é muito importante para o iniciando. Muitas pessoas, ao longo de toda a vida, não passam de abiãs; outras chegam aos estágios seguintes: o de *iaô*, nome atribuído ao iniciado, e o de *ebome*, que é alguém que já completou todas as suas obrigações. Apenas alguns escolhidos alcançam o grau de iniciador: o de *babalorixá* ou *ialorixá* (pai ou mãe-de-santo).

Enquanto abiã, o neófito aprende os cumprimentos rituais e a ter respeito pelos mais velhos; vive o que é a complicada hierarquia do mundo dos candomblés; e adquire experiências importantes para a sua futura condição de iniciado. Sente, enfim, o que é viver a religião.

Atualmente, em muitas comunidades religiosas, o abiã está deixando de existir. A maior parte dos adeptos passa, de uma forma muito rápida, sem o período que diríamos de experiência, à condição de iaôs. Com menos de dois ou três anos de iniciados, muitos se transformam em pais ou mães-de-santo. Nada justifica essa queima de etapas. Nos candomblés de rito nagô, e mesmo em outras nações, para alguém ser pai ou mãe-de-santo precisa ter pelo menos sete anos de iniciado, com a "obrigação de sete anos" completa. Aliás, o que determina a mudança de estágio – de iaô para abome – não é só o tempo de iniciado, mas a confirmação da iniciação, ou seja, a obrigação de sete anos completa. A partir de então se está teoricamente apto para ser uma babalorixá ou uma ialorixá. E, ainda assim, só se este for o seu caminho – caminho árduo, de sacrifícios e renúncias, muitas vezes da própria individualidade.

Daremos nossa missão por cumprida se o leitor (principalmente sendo iniciado) pensar conosco, tirar suas conclusões e levar avante a idéia de que o candomblé poderá ser esmagado, caso realmente perca a identidade. As autoras deste artigo adoram jantares à luz de velas e vinho, mas tudo tem lugar e hora certa. O lugar, com certeza, não é uma casa de candomblé, durante um ritual público de festa de orixá.

(*) Stella de Oxóssi e Cleo de Iansã.

(1) Barracão é local do terreiro onde se realizam as festas de candomblé. (N. da R.)

(2) Orixá é a forma nagô para designar as divindades do candomblé; vodun é a forma jeje; e inkice, banto. (N. das A.)

O negro no futebol

José Bomfim

Tricampeão do mundo, o Brasil se orgulha de ter o futebol como a grande alegria do povo. A massa sempre lota os estádios para ver seus ídolos demonstrarem toda sua categoria. Só que nem sempre foi assim. A história registra o futebol como um dos setores da vida nacional em que o racismo foi mais declarado, mais aberto. A chamada democracia racial brasileira jamais conseguiu acobertar o verdadeiro *apartheid* que norteou o mundo da bola. O primeiro clube a desafiar o racismo foi o Vasco da Gama, que enfrentou a ira dos seus co-irmãos ao colocar negros no time, além de caixeiros e comerciantes pobres.

Estamos em 1917, o Vasco estréia na segunda divisão do campeonato do Rio de Janeiro. Sua torcida já é apaixonada, talvez por ser o único a ter em suas fileiras gente rica e pobre, negros e brancos, pessoas que não eram admitidas nos outros clubes. Em São Paulo e nos outros estados a situação não é diferente. Mas os clubes se inquietam com a ascensão daquele time de "gentinha", como diziam à época, e tentam tirar o Vasco da Associação Metropolitana de Esportes Amadores – AMEA –, criada justamente para organizá-los e disciplinar o campeonato.

A AMEA investiga a vida pessoal dos jogadores do Vasco e não encontrando nada que desabone a conduta deles, inventam nova desculpa: jogadores analfabetos não podem disputar o campeonato. Como a maioria vinha dos segmentos mais pobres, a medida deixava o time sem jogadores suficientes para a disputa das partidas. A diretoria do Vasco, então, contrata professores para que seus atletas pudessem pelo menos aprender a assinar as súmulas – criadas no bojo das inovações – e ficarem estritamente dentro da lei.

PÓ-DE-ARROZ

A situação, porém, já não era a mesma. Os vascaínos decididamente tinham mexido na estrutura do "football association" e as coisas iriam mudar. Mas não foi fácil. O Fluminense, por exemplo, ganhou o apelido de pó-de-arroz – até hoje é assim chamado carinhosamente pela sua torcida – porque um dos seus jogadores, na década de 20, não se sentindo tão branco quanto os seus companheiros, passava pó no rosto e, claro, corria menos para não suar. No dia em que correu mais, a torcida percebeu o pó escorrendo-lhe pelo rosto e passou a gritar "pó-de-arroz", "pó-de-arroz".

Engana-se quem imaginar que o chamado time do povo, o Flamengo, esteja fora do racismo. O Mengo surgiu de uma dissidência do aristocrático Fluminense. Uma briguinha de sócios, mas a raiz de ambos é elitista. Só no final da década de 30, temendo por sua decadência e vendo a ascensão do Vasco – dizia-se que o time cruzmaltino corria mais por ter negros em sua equipe –, os dirigentes do Flamengo renderam-se ao futebol-arte e contratou os três maiores jogadores do futebol carioca naqueles tempos: Domingos da Guia, Fausto e Leônidas da Silva. O rubro-negro passava a renegar seu passado racista. No Sul, o Grêmio de Porto Alegre só foi admitir o ingresso de um negro em seu time no final da década de 40, quando Tesourinha, jogando em times de menor expressão barbarizava contra os grandes. Na mesma época, o Náutico, do Recife, e os clubes mais ricos de São Paulo tinham como ponto de honra não ter negros em seus quadros.

SELEÇÃO

Não foi diferente na Seleção Brasileira, à qual o negro só chegou na era do profissionalismo e depois de muitos confrontos com o Botafogo, outro clube de históricas raízes racistas. No profissionalismo o negro demonstrou toda a sua arte e, como o lucro pesou mais que a discriminação, ocupou cada vez mais espaços. No amadorismo, no entanto, é que as idéias mais retrógradas foram defendidas, sempre com o conceito nazista de superioridade da raça ariana. É no amadorismo que o negro sofre todo tipo de achincalhe. Seu talento é questionado. Mas, apesar do racismo exacerbado, o negro sobreviveu no futebol. Nos outros esportes, no entanto, o cidadão negro dificilmente tem chance de participar. Quantos negros praticam iatismo, tênis, natação, hipismo ou mesmo vôlei e basquete? Nos Estados Unidos o basquete tem os negros na ponta, no Brasil conta-se nos dedos os que chegam às competições.

Um dos primeiros jornalistas a abordar o assunto, Marco Aurélio Guimarães, o "Jangada", acha que o fato de o negro estar afastado do controle dos meios de produção é um fator determinante para também não possuir barcos à vela ou cavalos, para esportes mais nobres, ou não freqüentar clubes que possuam piscinas ou quadras de tênis. No próprio futebol profissional esta dificuldade para o negro ainda existe. Na década de 70, no Fluminense e no São Paulo, jogador de futebol não entrava pela porta social. Mas, poucos duvidam que a forma moleque, o jeito ginga-do, o futebol-arte apareceram a partir dos negros no esporte.

Mais que o branco, o negro pagou um preço elevado, do achatamento salarial à ocupação de seus espaços de lazer. Também o massacre a que foi submetido nas grandes cidades em 21 anos de ditadura militar o afastou cada vez mais dos centros das decisões, deixando-o sempre como coadjuvante.

Reprodução: Márcia H.

COPA DO MUNDO

Procuram-se os culpados

Na Copa de 38, Domingos da Guia não suporta as provocações de um adversário e o agride na área. Mesmo com a bola fora de jogo o juiz dá pênalti. Gol da Itália, Brasil fora da disputa. Inaugurava-se aí a busca pelos culpados para os insucessos da nossa Seleção. A segunda guerra mundial interrompeu as Copas, e só em 50, no Brasil, é que a competição prosseguiu.

A Seleção Brasileira era perfeita. Goleava seus adversários, e chegou à final contra o Uruguai precisando de apenas um empate para sagrar-se campeã. Políticos, dirigentes e jornalistas festejam antecipadamente o título, tiram a tranqüilidade dos atletas. A equipe nacional perde. Culpados: os negros Bigode, "que se acovardou", e Barbosa, "que levou um frango". Na Copa seguinte, em 54, o Brasil é desclassificado pela Hungria e o negro Didi acusado de "não conseguir ficar em pé no campo". Ninguém discute a culpa de técnicos e dirigentes, todos brancos, que não prepararam as travas das chuteiras para o terreno enlameado.

Chega a Copa de 58, o Brasil afinal ganha a competição. Os negros já encantavam o mundo desde 38, com Domingos da Guia, Fausto, Leônidas da Silva, Petronilho, e outros, e com Didi, Garrincha, Djalma Santos e Pelé o talento é reconhecido por todos os europeus. No Brasil, o herói é um branco, o empresário Paulo Machado de Carvalho, chamado pela imprensa de Marechal da Vitória. Na Copa de 62, sem Pelé, que se contundiu logo, Garrincha se transforma no princípio, meio e fim das jogadas. Mesmo assim, ao voltar, bicampeão, procura-se olhar os "defeitos" do ponteiro, sua paixão pelas mulheres e pássaros, seu jeito anarquista de viver a vida.

E a Copa de 66, na Inglaterra? Até hoje ninguém explicou direito a briga dos dirigentes para intermediar o patrocínio comercial da Seleção. Em meio às brigas, o técnico Vicente Feola convocou 44 jogadores e se perdeu inteiramente. Veio a Copa de 70 e a heroica campanha no México. Pelé, o gênio, excedeu, fez o que se pode imaginar com a bola e, com Carlos Alberto, Jairzinho e outros heróis brancos, pretos, mas nenhum vindo de família rica, o Brasil tornou-se o primeiro país a conquistar a Copa do Mundo três vezes e por isso trouxe em definitivo a Taça Jules Rimet para casa. Só que no Brasil o destaque ficou com o coodenador das torturas, o presidente eventual, o general Emílio Garrastzu Médici e alguns militares da cúpula da Seleção com seus novos métodos de ginástica. Todos eles brancos.

Na Copa de 74, o time está ruim, mas ao voltar para casa com um inexpressivo quarto lugar, todos culpam Paulo César, o "Caju", segundo os dirigentes, "preocupado em cuidar das próprias canelas, resguardando-as para exibir sua arte em campos europeus". Caju jogou depois no futebol francês. Na Copa de 78, o Brasil é campeão moral, segundo classificação do falecido técnico Cláudio Coutinho, o mesmo que, referindo-se à Copa de 70, afirmara que o Brasil somente fora campeão devido ao trabalho militar na Seleção.

Em 82, duas vezes a Itália esteve na frente do placar e duas vezes o Brasil empatou, resultado que o classificaria. Mas Telê Santana, o técnico, queria deixar a Espanha com fama de recriador da magia brasileira. A Itália fez o terceiro gol, ganhou e fez o Brasil voltar mais cedo. Os culpados eleitos pela imprensa e dirigentes: Os negros, Luisinho, um zagueiro clássico, e Toninho Cerezo, que até hoje exibe seu talento na própria Itália. Na Copa de 86, Zico perdeu pênalti no tempo regulamentar quando estava 1 x 1 no jogo contra a França. Na cobrança de penalidades, após a prorrogação, Sócrates e Júlio César perderam. Só o negrão Júlio César ficou na boca do povo, como se fosse o único culpado das bobagens cometidas pela Seleção, mais uma vez treinada por Telê Santana.

José Bomfim é jornalista baiano

No dia 20 de setembro foi lançado nacionalmente, em Salvador, o filme ORI da cineasta Rachel Gerber. ORI tem a narração e os textos da historiadora Beatriz Nascimento. O JORNAL DO MNU ouviu Beatriz, em Salvador, falar de ORI, de Movimento Negro e da nossa História. Valeu, Beatriz! (Jônatas C. da Silva – MNU/Salvador.)

"É a alegria de quem vê parte de uma obra, de uma criação acabada. Porque ORI na verdade é um esforço conjunto de muitas pessoas em todo o Brasil, que veio a dar no Movimento Negro da década de 70. Algo de que eu tenho o maior orgulho por ter sido uma das primeiras pessoas que através da escrita, através da notícia, do artigo em jornais e revistas escreveram, começaram a reescrever essa História a partir do Eu sou até as origens do Eu sou. Eu sou na África, Eu sou no Brasil. Quem Eu sou, porque Eu sou.

O processo de ORI é o de uma recriação da identidade nacional através do Movimento Negro da década de 70.

Então toda esta dança faz parte de um movimento extremamente rigoroso que nós criamos em 70. E me dá realmente alegria, alegria do poder. De finalmente estarmos no poder. Porque ORI é justamente a sua descoberta de que você é poder. Neste sentido é uma alegria muito grande. Um momento de júbilo. E estar aqui, na origem, Salvador, na origem do Brasil. Porque ORI na verdade é a História do Brasil contada por quem é brasileira, sempre foi brasileira, gosta do Brasil. E que fragmentou esta nacionalidade desde muito cedo. O processo de ORI é de uma recriação da identidade nacional através do Movimento Negro da década de 70. Nós, na década de 70, éramos mudos. E os outros eram surdos a nós. A partir de 70, começamos a falar logicamente. E esta lógica estava embutida no processo da própria História do Brasil.

E de repente este Movimento Negro se derrama por toda a nação que estava bloqueada na própria fala, no logus, na própria lógica.

Era necessário a lógica, a fala do homem, pois estávamos altamente reprimidos pelo arbítrio. Não é à-toa que 1974 marca o nascimento do Movimento Negro e, do meu ponto de vista, a busca do Eu sou. Na verdade, eu sabia quem era. Eu sabia que o Eu sou estava inteiro. Mas desagregado numa vivência de mundo extremamente repressiva. Daí a possibilidade de sair disso foi a reflexão, voltar pra dentro. Tirar de dentro a potência para que houvesse possibilidade de abertura, de liberdade. E esta abertura é a abertura da nacionalidade brasileira. Um amplo leque que o Movimento Negro desperta de questões. Nós do MN, da década de 70, foi dele que partiu o Movimento Feminista através de um artigo assinado por mim na **Última Hora** sobre "A Mulher Negra e o Mercado de Trabalho", em 1976, no Rio de Janeiro. E de repente este Movimento Negro se derrama por toda a nação que estava bloqueada na própria fala, no logus, na própria lógica. A fragmentação da nacionalidade a partir do processo da revolução de 64, vamos dizer assim. Então emudeceu-se a partir de 68 e nós nos preparamos quase que sintonicamente, em todas as partes do Brasil, e nos organizamos, passo a passo, até hoje.

Mesmo que fossem fragmentadas em alguns momentos, as nações guardavam seus nomes e reproduziam isso em formas mitológicas e simbólicas. E ORI é a palavra mais oculta porque é o homem, sou Eu.

Eu quero ver Salvador com os olhos de ORI porque ORI é esta dimensão do humano. E quando o homem vence uma grande etapa de força. 10, 11 anos de trabalho, eu e Rachel. E todos nós ao mesmo tempo. Com perdas e ganhos. Com incompreensões e amor. Nós trabalhamos nesses 11 anos no mesmo ritmo do Movimento. Com amor, amor, até chegarmos aonde estamos hoje. Na verdade, eu acho que ORI é aquele iniciado. O Movimento iniciado que passou por todas as suas etapas de iniciação e reiniciação. E agora sugere ao país um ressurgimento. É um ressurgimento porque a concepção ORI dentro da História do MN, dentro da História do Brasil, é sair da repressão. Sair da *Senzala* e ir pro Quilombo. Isso *individualmente*. Mas pergunto: como o homem *individualmente* pode sobreviver sozinho numa floresta. Então como se formou este grupo que foi Palmares, por exemplo. Formou-se no sentido da concepção que o africano já tinha de nação. O africano vem com as suas nações. Mesmo que fossem fragmentadas em alguns momentos, as nações guardavam seus nomes e reproduziam isso em formas mitológicas e simbólicas. E ORI é a palavra mais oculta porque é o homem, sou EU. Porque é o indivíduo, a identidade. A identidade individual, coletiva, política, histórica. ORI é o novo nome da História do Brasil. ORI talvez seja o novo nome do Brasil. Este nome criado por nós, a grande massa de oprimidos, reprimidos. Reprimidos antes, depois oprimidos, torturados. Transgressores. Aí nós estávamos órfãos. Então organizamos este Movimento durante esses 15 anos e ORI passa a acompanhar quando o Movimento procura o processo de institucionalização. Os passos abertos da fala. Do português do Brasil para buscar identidade nacional. Foi sempre assim que os negros fizeram a História do Brasil. Sempre reorganizaram a nação para que as coisas possam caminhar para a liberdade, a escolha. Para o livre arbítrio e não para o domínio do próprio arbítrio."

Violência policial em S. Paulo

Milton Barbosa

Em 27 de setembro, Carlos Alberto Honório Venâncio (Bilinha), de 19 anos, após abordagem policial no ponto de ônibus em frente ao número 174 da Rua Maria Júlia, foi morto dentro de uma casa abandonada na Rua Belisário Campanha, 574, Casa Verde, Zona Norte da cidade de São Paulo.

A viatura 18.373, com o sargento Bexiga e os soldados Svinti e Vieira, chegou "com as portas abertas e os policiais desceram com armas em punho, correndo atrás de Bilinha, que fugiu dali, como todos", contam Magno Moreti, 21 anos, Edson Fernandes de Barros, 18 anos, que estavam com Bilinha no ponto de ônibus quando foram abordados. "Ele vestia uma camiseta amarela e não estava armado".

Os PMs atiraram ainda do lado de fora da casa, entrando em seguida uns 26 soldados disparando suas armas, tendo a rua sido cercada e foram afastados todos que por ali passavam. Bilinha foi retirado de casa carregado, ensangüentado. Seus amigos foram perseguidos, detidos e levados ao DP, onde foi feito um boletim de ocorrência, de porte de droga, mas foi constatado pelo exame do Instituto Médico Legal – IML, que a substância encontrada com eles, na versão dos PMs, não era cocaína ou qualquer outro tipo de entorpecente.

A mãe de Bilinha, Antônia, contou que soube apenas no dia seguinte que seu filho estava no distrito. Lá recebeu informação de que ele havia morrido num tiroteio com a polícia. "Meu filho tem ficha limpa, trabalhava como vendedor e não usava drogas. Eu vou até o fim nisto, quero justiça porque o delegado disse que não tinha marcas de pólvora na mão de meu filho. Por que esta polícia não corre atrás de bandidos, em vez de matar gente decente?"

Segundo o tenente Walter Fernandes, da 3ª Cia. do 18º BPM, "será aberto um IPM como é feito sempre em casos semelhantes".

Mais um

Sábado, 14 de outubro. Enéias da Silva, 16 anos, foi morto na Favela Divinéa, em São Mateus, cidade de São Paulo, às 22:40 horas.

Enéias, como Bilinha, não tinha passagem pela polícia e era trabalhador. Foi abordado pela polícia, e, por estar com uma revista pornográfica, ele e dois amigos correram. Enéias foi perseguido por dois policiais, que o fuzilaram com três tiros à queima-roupa, apesar de a vizinhança se manifestar dizendo que ele não era bandido.

Enéias havia corrido para uma área em forma de uma imensa depressão, tendo sido abatido no seu interior. Enquanto um dos PMs puxava o corpo para a parte de cima, o outro o chutava, dizendo que Enéias era marginal e que todos na favela são marginais.

Seu corpo foi colocado no camburão, não permitindo os PMs que o corpo ficasse com os moradores, que tinham reivindicado a tutela do corpo de Enéias. Uma senhora, que dizia que o rapaz era trabalhador e que viu a atrocidade cometida, foi ameaçada de morte pelos policiais.

Os moradores do local suspeitam que os policiais deviam estar completamente bêbados ou drogados, pois, segundo eles, os PMs que mataram Enéias eram de uma prepotência sem fim.

Como a polícia trata o negro

Num jogo entre Santos e São Paulo, no Estádio Municipal do Pacaembu, um advogado negro e outros advogados brancos desentenderam-se com um policial de serviço, que implicou com o advogado negro e levou todos para a Delegacia.

Na Delegacia, um policial militar passou a mão na bunda do advogado negro, dizendo: "eu quero que você reaja para te dar 4 tiros, e mostrar como a gente trata negro".

Foi aberto um processo contra o policial, que está em andamento na própria PM.

Números da violência policial em São Paulo

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra levantou alguns números sobre a violência policial em São Paulo. Segundo dados oficiais da própria PM, de 5 de janeiro a 30 de junho, deste ano de 1989, 557 pessoas foram mortas pela PM em "choque entre polícia e bandido". 380 eram "negros, mulatos e pardos". 20% não tinham passagem pela polícia.

Levantamento feito por membros da Frente Negra Nacional, Movimento Negro Independente e Conselho do Negro do Estado de São Paulo, nas cidades de Campinas, Santos, Ribeirão Preto e São Paulo, referentes a 1233 abordagens da PM de forma violenta e constrangedora, mostra que 70% dessas abordagens são feitas a negros, evidenciando bem o caráter discriminador da ação desenvolvida pela PM no estado de São Paulo.

Os membros destas entidades visitaram os órgãos de comando da PM e Polícia Civil 114 vezes, mas infelizmente em nada se alteraram as atitudes de violência e arbítrio da polícia em relação aos negros.

Milton Barbosa é do MNU/SP e membro da Executiva Nacional.

O extermínio racista

Distribuição dos casos de morte violenta de crianças e adolescentes por cor, segundo os estados da Federação – 1984 a 1989 (1)

Cor:/ Estados da Federação	Brancos	Negros e Mulatos	S/Inf.	Total
D. Federal				
abs:	54	108	67	229
%	24	47	29	100
R. de Janeiro				
abs:	3	12	263	278
%	1	4	95	100
Alagoas				
abs:	54	88	3	145
%	37	61	2	100
Amazonas				
abs:	–	–	41	41
%	–	–	100	100
Pernambuco				
abs:	36	493	2	531
%	6,5	93	0,5	100
Piauí				
abs:	5	23	1	29
%	17	79	4	100
S. Catarina				
abs:	10	3		13
%	77	23	–	100
Mato Grosso				
abs:	–	–	112	112
%	–	–	100	100
Paraíba				
abs:	–	–	19	19
%	–	–	100	100
S/Inf.	–	–	–	–
Total				
abs:	162	727	508	1397
%	12	52	36	100

(1) Até julho. Fonte: IBASE

O IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas divulgou uma versão preliminar de um dossiê sobre mortes violentas de crianças e adolescentes no Brasil – 1984/1989. Como mostra o quadro acima, "mesmo com 36% dos casos de morte violenta sem informação sobre a cor da vítima, a incidência de negros e mulatos chega a 52% do total de casos. Contabilizando apenas os dados com informações sobre a cor da vítima, isto é, 889 casos, a incidência de negros e mulatos sobe para 82% do total de casos de morte violenta. Por esta comparação, a incidência de morte violenta de crianças e adolescentes negros e mulatos é 4,5 vezes maior que a dos brancos."

DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS

Nadir Nóbrega

Preconceito e resistência

Quando o tema é "Preconceito e Resistência" é necessário voltarmos um pouco à história do negro no Brasil.

Para o Brasil, vieram milhões de escravos de várias partes da África. A escravidão durou quase 4 séculos e há 101 anos a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, oficializando a miséria em que nós negros e mestiços vivemos até hoje.

Todas as atividades sócio-culturais do negro são executadas em coletividade, tanto no período da escravidão quanto no pós-escravidão. Citemos algumas: as religiões negras, as nossas músicas, as nossas danças e, não esquecendo, a Capoeira (dança e luta). Desde que foi assinada a Lei Áurea, o país começou a esboçar uma ideologia de democracia racial, bastante contraditória. Nós, negros e mestiços, sabemos que o racismo ainda continua e que tudo faz para que a cultura negra seja desvalorizada e folclorizada, no sentido pejorativo.

A "democracia racial", tão divulgada em nosso país, também tem feito com que negros e mestiços não atentem para fatos que contribuem para o processo de desvalorização e descaracterização das danças populares e tradicionais afro-brasileiras.

O nosso povo desconhece os valores sócio-culturais das danças de origem africana e indígena. Esse desconhecimento é ocasionado pelo preconceito e pela manipulação do mercado de trabalho por pessoas influentes no meio artístico e nos órgãos públicos; são essas pessoas que praticam diariamente as técnicas de origem européia. Algumas danças não são mais vistas em nossos dias por culpa da desinformação dos professores de dança e coreógrafos do nosso país, assim como também por culpa da modificação das relação de produção que se têm alterado há algumas décadas.

Preconceito e Resistência

O preconceito em relação à dança afro no estado da Bahia é muito forte e manifesta-se de diversas formas:

1. Nas escolas formais de dança há um excesso de informações de técnicas de origem européia. Técnicas essas que foram criadas por pessoas que não conhecem de perto a nossa realidade, como por exemplo: andamos de ônibus não-seletivo, a subnutrição, subimos e descemos morros e ladeiras diariamente, vivemos nas encostas e sob viadutos, o analfabetismo, etc.

2. Num estado negro como o nosso, pouco são os lugares que oferecem a disciplina **Dança Afro.** Os que não oferecem alegam que a clientela não aceita por não existir a "técnica" e também porque não há espaço (salas de aula).

3. Nós, negros e mestiços, aprendemos nas escolas de dança e na televisão que a nossa estrutura física não é compatível com determinadas técnicas de origem européia e a dança negra não dá "status". Nos ensinam que o bom e certo é ter o corpo longilíneo, pontas do pés esticadas e a base da dança é o ballet clássico.

4. Infelizmente, poucos são os negros que questionam determinados comportamentos preconceituosos e, quando isso acontece, somos chamados de problemáticos, rebeldes e coitadinhos.

5. O processo de embranquecimento atinge muito dos nossos artistas negros, a maioria deles não encontra forças para lutar, absorve as técnicas brancas e tenta esquecer a sua origem negra. Acreditam que com esse comportamento serão aceitos e respeitados na profissão. O que é um triste engano.

6. Vivemos numa terra onde os **homens** são preeonceituosos com a dança. O homem branco é bastante preconceituoso nessa área. Por causa disso, os grupos aqui na Bahia são obrigados a terem no seu elenco homens negros com os pés chatos e troncos musculosos, porém com força suficiente para carregarem as mulheres. Às mulheres negras o acesso a esses grupos é mais difícil. As nossas características físicas destoam das mulheres da elite dominante. A exemplo disso, convém observar que no ballet do Teatro Castro Alves 99% do elenco masculino são negros e somente uma mulher negra é bailarina, embora várias dançarinas negras já tivessem tentado seguir carreira nesse grupo. E assim acontece em outros grupos de dança moderna e clássica de todo o país.

7. Vários "profissionais" em dança desconhecem as manifestações culturais do negro e do índio. "Profissionais" esses que nunca vão a uma festa religiosa ou então procuram as religiões-afros para as curas milagrosas. Participar de um ensaio de bloco afro, nem pensar. E muitos só assistem a shows folclóricos quando levam turistas para jantarem em restaurantes típicos. Convém acrescentar que muitos deles nunca estudaram as danças folclóricas brasileiras. Teoricamente, existem pessoas se dizendo progressistas, sem preconceitos de qualquer natureza, mas na prática vemos o contrário. E infelizmente os nossos irmãos acreditam nesses discursos e se voltam contra nós, que vivemos denunciando as práticas racistas. Apesar de todas as perseguições e incompreensões continuamos resistindo isoladamente ou em grupo. Como exemplo, podemos constatar nos grandes balés a presença de homens negros com os troncos musculosos e pés chatos. Esse comportamento de resistência e persistência não é percebido pela maioria dos bailarinos.

Mesmo com a descaracterização e folclorização que as religiões afro-brasileiras vêm sofrendo pelos segmentos racistas, é grande o número de pessoas que participam e gostam de ver as festas religiosas.

As danças afro-brasileiras mostram bem a força dos símbolos e signos da realidade do povo negro e indígena.

Mesmo com todo avanço da tecnologia, as pessoas conseguem manter viva essa Arte, mostrando a todos a história de vida de povos tão massacrados e marginalizados pelo dominadores.

Ilustração: Nelli Barbosa

Nadir Nóbrega é licenciada em Dança pela UFBa. e militante do Grupo de Cultura do MNU/Bahia.

HISTÓRIA

190 anos da Inconfidência Baiana - uma proposta de libertação social e racial

Clóvis Moura

Estamos vendo transcorrer o 190º aniversário da Inconfidência Baiana de 1798 e que teve o seu epílogo com o enforcamento dos seus líderes, na praça da Piedade, em 8 de novembro de 1799. O aniversário transcorre sem o som das fanfarras comemorativas, sem estar inserido no calendário das datas que marcaram a formação da nação brasileira. E isto se explica pelo seu conteúdo revolucionário, pelo seu profundo significado de reivindicação social e étnica. E também pela origem plebéia e não-branca dessas lideranças.

Foi um movimento político-social liderado pelos pardos escravos e livres, negros escravos e forros. Esse movimento, que foi conduzido por elementos da plebe rebelde e que visava a emancipação do Brasil foi, também, um movimento das etnias oprimidas e discriminadas e da juventude inquieta.

Incorformados com a situação de opressão que Portugal estabeleceu para dominar a Colônia, várias camadas do povo começaram a organizar-se. Visavam a independência e o fim da escravidão. Os seus líderes haviam assimilado os princípios liberais da Revolução Francesa e desejavam usar essa ideologia libertária como princípio condutor da rebelião. Nessa conjuração, juntamente com artesãos, soldados, alfaiates, sapateiros e soldados estavam os ex-escravos e escravos negros. Não vacilaram em pregar cartazes manuscritos nos muros da cidade, nos quais se lia:

"Ó vós povo (...) sereis livres para gozardes dos bens e efeitos da liberdade; Ó vós povo que viveis flagelados com o pleno poder do inimigo coroado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar e para vos maltratar.

"Homens o tempo é chegado para a vossa ressurreição, para ressuscitardes do abismo da escravidão. A Liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a Liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, a Liberdade é o repouso, a bem-aventurança do mundo."

Além desse trabalho de agitação, os conspiradores preparavam-se ativamente para a ação militar. Mas as autoridades ficaram sabendo de tudo através da delação e tomaram as primeiras medidas para reprimir a conjuração. O autor dos manuscritos, Luís Gonzaga das Virgens, é caçado pela polícia e finalmente preso em 24 de agosto. Os seus companheiros tentam um movimento desesperado para retirá-lo do cárcere. Surgem mais delações e os intelectuais que participavam do levante se retiram, como Cipriano Barata. Ficam apenas os elementos da plebe.

Começa a repressão violenta contra os conspiradores. Eles tentam, ainda, um contato com os escravos dos engenhos, com quem contavam, o que não conseguiram. Os seus principais líderes, bem como grande parte dos implicados são presos e aguardam julgamento na prisão. Julgados implacavelmente pela Justiça da época, em novembro de 1799 receberam as seguintes sentenças: Luís Gonzaga das Virgens era condenado a morrer na forca e ter os pés e mãos decepados e expostos em praça pública; João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas e Manuel Faustino dos Santos Lira também foram sentenciados à forca e esquartejamento, ficando os seus corpos expostos em lugares públicos. Igual sentença foi proferida contra o escravo Romão Pinheiro, com a agravante de serem os seus parentes considerados infames. (Posteriormente a sua pena foi atenuada para degredo.) O escravo Cosme Damião foi banido para a África. O pardo escravo Luís da França Pires, que conseguira fugir, foi condenado à morte, dando a Justiça direito de matá-lo a qualquer pessoa que o encontrasse.

Qual o crime de que eram acusados esses heróis? Para o historiador reacionário Varnhagen, eles queriam "um arremedo das cenas de horror que a França e principalmente a bela São Domingos acabavam de presenciar". No entanto, para Luís Antônio dos Santos Lira, um dos líderes do movimento, eles queriam "reduzir o continente do Brasil a um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos sem distinção de cores, somente de capacidade de governar."

Insistimos: foi um movimento de negros e não-brancos de um modo geral, na sua maioria jovens, todos oprimidos pelo sistema colonial, que se revoltaram exigindo igualdade social e racial. No dia 8 de novembro de 1799 foram executados na praça da Piedade. Lucas Dantas e Manuel Faustino dos Santos não aceitaram a extrema-unção que um padre franciscano lhes ofereceu. Impressionante é a pouca idade desses heróis: Lucas Dantas tinha 24 anos; João de Deus do Nascimento tinha a mesma idade; Manuel Faustino dos Santos Lira tinha apenas 23 anos e Luís Gonzaga das Virgens, o mais velho, contava 36.

A Inconfidência Baiana foi o mais importante movimento político-social que antecedeu à Independência e à Abolição. Projetou-se como um protesto contra a opressão social e a discriminação e até hoje é uma bandeira a ser empunhada enquanto o Brasil não se livrar do sistema de exploração e de discriminação racial que perdura até os nossos dias.

Clóvis Moura é sociólogo e, entre outros trabalhos, publicou **Rebeliões da Senzala** e **Sociologia do Negro Brasileiro**.

Salvador repudia ameaça nazista

No dia 14 de agosto, milhares de adeptos da Igreja Universal do Reino de Deus foram levados às ruas de Salvador em meio a gritos histéricos, cânticos em ritmos afros e palavras de ordem contra as religiões afro-brasileiras. O ato político faz parte de uma estratégia montada pelos chefes desta seita com vistas à desmobilização do Movimento Negro brasileiro. O ataque sistemático ao Candomblé explica-se devido ao significado histórico de resistência desta religião.

Após a passeata, diversas manifestações de repúdio da sociedade baiana aos chefes desta seita vieram à luz. Entidades Negras de Salvador criaram o Comitê Permanente de Defesa das Religiões Afro-Brasileiras e abriram processo judicial contra os responsáveis pelas calúnias às religiões de origem africana. Ganha corpo também no seio do Movimento Negro a questão da politização dos adeptos destas religiões. É senso comum que a comunidade negra deve-se preparar politicamente para enfrentar uma ameaça que é estritamente política, com objetivos alienantes e de exploração econômica do povo brasileiro.

Foto: Jônatas Conceição

Dentre as análises e alertas surgidos na imprensa baiana contra a organização política que atua por detrás das seitas do tipo da Igreja Universal, a do jornalista Antônio Carlos Pacheco, do Jornal **A Tarde**, é a mais contundente. Vejamos: "Os chamados crentes têm muita representatividade, estão catequizando milhares de pessoas pobres, principalmente entre os próprios negros, e têm representantes em todas as instâncias: Senado, Câmara Federal, Assembléias Legislativas e até na Câmara de Vereadores de Salvador, e sua intolerância tem-se mostrado abertamente. Hoje eles fazem passeata contra o candomblé, amanhã, indubitavelmente, farão leis. E, por isso, deixo aqui meu recado ao povo dos orixás africanos: Hitler proibiu o culto judaico na Alemanha, os judeus calaram; Hitler fechou as sinagogas, os judeus calaram; Hitler desapropriou as sinagogas, os judeus calaram; Hitler mandou os judeus para os campos de concentração para serem mortos. E seis milhões de judeus morreram assassinados. Quando puderam reagir, não reagiram. Quando não mais podiam reagir, morreram asfixiados em câmaras de gás. A História tem lições destas aos montes, só não aprende quem não quer". A Bahia, o Brasil aprendeu esta história. Não deixaremos que propostas políticas nazistas, travestidas de seitas religiosas, vinguem no país.

O embranquecimento que nos desune

VEM PRO MOVIMENTO NEGRO, VOCÊ TAMBÉM. VEM CONOSCO, E TUDO BEM.

I

Wu'er Kaixi, 21 anos, estudante da Escola Normal de Pequim, disse a um jornalista, nos dias agitados de abril, "que foi sua perspectiva como membro de uma minoria étnica que lhe deu uma percepção especial dos problemas da China". (JB, 28/04/89, p. 8.)

Há então um ponto de vista, um lugar de onde, representando-se coletivamente, se vêem (se vivenciam) os problemas de uma sociedade. Na China, Wu'er Kaixi, com plena consciência étnica, quer mudanças.

Entre nós, são muitos os negros que militam nos diversos movimentos sociais e sindicais, inclusive na direção de suas entidades, sindicatos e centrais, que, ao nos aproximarmos para discutir com eles as desigualdades raciais, fogem em disparada. Por que isto acontece?

Desde a infância somos submetidos à violenta inculcação de valores negativos, com os brancos se afirmando através de nossa negação. Vamos crescendo, quer dizer, vamos desenvolvendo uma consciência violentada e esvaziada de nossos valores mais caros. É importante frisar que a agressão étnica visa atingir não só o indivíduo, mas, no indivíduo seus mecanismos de representação coletiva. Negando-se e estendendo essa negação aos seus semelhantes, o indivíduo tem enormes dificuldades para participar, enquanto negro, de qualquer movimento coletivo. É foge em disparada, completamente embranquecido.

Impossível qualquer avanço do movimento negro no sentido de amplas mobilizações sem priorizarmos as dilacerantes questões que envolvem nossa identidade. Para dar uma idéia das enormes tarefas que ainda temos a cumprir nesse campo prioritário: quantas vezes, intoxicado pela historiografia mais que suspeita, não terei dito em palestras por aí que "durante a escravidão éramos objetos, fomos coisificados"? Sem me dar conta de que, mais do que denunciar a brutalidade do sistema escravista, eu reforçava os sistemas de desumanização e seus estereótipos vigentes. Eu pensava que criticava o passado, mas estava reforçando o presente. Até que tropecei numa citação que reproduzia a fala de um homem negro escravizado, encontrada nos autos criminais (Maria Helena Machado. **Crime e escravidão,** p. 87). Ele matou um dono de fazenda, ou um feitor, o livro não esclarece, e, respondendo a um interrogatório, disse: "Matei, lobisomem, não matei homem." É a fala de uma humanidade avassaladora. Esta é a história (o ponto de vista, a perspectiva) que nos interessa: a resistência à opressão que é afirmação de plena humanidade.

II

"Portanto, o Movimento Negro tem que assumir e estar presente em todas as lutas que contribuam para a desestruturação do regime e do sistema capitalista, deixando muito claro as nossas questões específicas, ou seja, combinando a luta contra o racismo com a luta contra a exploração capitalista que tem matado de fome milhares de negros em nosso país."

Este é um trecho do documento apresentado e defendido pelos militantes negros da Convergência Socialista no II Sul e Sudeste, mas poderia ser assinado por militantes de outras tendências e não só petistas.

O embranquecimento dessa outra militância negra é muito mais sutil, bem menos evidente do que na renúncia que tratamos acima, mas seus resultados são os mesmos: é obstáculo ao fortalecimento de uma articulação étnica capaz de transformar um movimento negro de massas numa força revolucionária.

Está publicado em língua portuguesa o **Dicionário do pensamento marxista** (editado por Tom Bottomore, Jorge Zahar Editor, 1988). No verbete raça, pode-se ler que "Dentro da problemática marxista da 'classe em si' que se transforma na 'classe para si', a persistência dos agrupamentos baseados na raça e na etnia pode ser considerada, por vezes, como uma forma passageira de falsa consciência, que será substituída, no devido tempo, por uma verdadeira **consciência de classe.**" Até aqui, é isso que está subjacente à tal combinação de raça e classe que privilegia as instâncias brancas de organização. Mas, continuando a transcrição do verbete, vejam que bela surpresa: "A consciência racial e étnica, porém, parece resistir a essa transformação. Essa resistência pode não basear-se na falsa consciência, mas num entendimento realista de que a relação de um dado grupo para com a ordem política e econômica é diferente e de que esse grupo tem seus interesses particulares a defender." Entre a militância negra dita de esquerda – que atraso! Bons quadros, inclusive, completamente embranquecidos por velharias eurocêntricas, recusam-se a participar do esforço de elaboração de uma ideologia étnica transformadora: o movimento negro.

Foto: José Adolfi

O Movimento Negro é a força que pode erguer este povo.

Edson Cardoso é do MNU-DF e membro da Executiva do DF.

Carta aberta ao PT

No II Encontro Nacional do PT e a Questão Racial, realizado em Vitória, Espírito Santo, nos dias 26 e 27 de agosto de 1988, com a presença de 66 delegados de vários estados, e do Secretário Nacional de Movimentos Populares, foi proposta e aprovada a indicação da companheira Benedita da Silva para Vice-Presidente na chapa do PT, encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva.

Nosso apoio a esta indicação baseava-se, por um lado, na compreensão da necessidade do Partido reafirmar o compromisso com setores que, desde sua criação, o PT se propôs a representar. Por outro lado, entendíamos que a capacidade de liderança de Benedita, comprovada por sua militância, enquanto mulher negra favelada e como deputada federal, propiciaria a oportunidade histórica de termos, no processo das eleições presidenciais, uma porta-voz privilegiada das reivindicações relativas à questão da mulher, da violência policial, da miséria e da pauperização dos setores explorados, em sua maioria negros, que também são majoritários na base do Partido. (...)

No dia 13 de maio de 1989, foi lançada a candidatura de Lula à Presidência da República, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Neste ato, que reuniu milhares de pessoas, o PT não garantiu o pronunciamento de Benedita, embora fosse o DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO. Mais uma vez, o Partido demonstrou sua incompreensão para o fato inegável de que o negro, enquanto escravo, foi o primeiro trabalhador brasileiro, e hoje compõe o setor mais explorado da classe trabalhadora.

No cotidiano da militância, as conversas informais já denunciavam a resistência que o nome de Benedita encontrava em certos setores do Partido. Mas não havia preocupação em avaliar nossa proposta. "Queremos ganhar a eleição, e não fazer raiva à burguesia" (...)

Frases desse tipo, ditas entre risos mal disfarçados, colocavam mais abertamente uma postura que a direção também praticava, através de argumentos de natureza aparentemente política.

– "A candidatura de Benê estreita as chances eleitorais. É preciso buscar um nome de outro partido da Frente". Mas, na verdade, não havia nenhum outro nome com peso político e projeção nacional e internacional nos demais partidos.

– "A candidatura de Benê vai rachar a Frente". Entretanto, isto não foi levado em conta quando se passou a trabalhar o nome de Gabeira no interior do PT. Um nome publicamente negado por outros partidos, com base em preconceitos inadmissíveis no campo da chamada esquerda.

Para nós, tanto as posturas da militância, como os argumentos da Direção, revelam, mais do que escondem, o quanto ainda é preciso fazer para que os setores progressistas entendam o papel do racismo no processo de exploração. E, por outro lado, o quanto estes mesmos setores estão contribuindo para a manutenção dos mecanismos de discriminação do negro, ao impedir que seus estereótipos e seu lugar inferiorizado sejam redefinidos na sociedade e, consequentemente, no interior do próprio Partido.

Com este documento, reafirmamos nosso propósito de, enquanto militantes do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO/MNU, combater o racismo onde quer que ele se faça presente. Temos a certeza de que é importante contribuir para que o PT como um todo reflita sobre os equívocos que marcaram este processo, sobre a falta de democracia interna que cerceou as possibilidades concretas de discutir a proposta de indicação de Benedita da Silva, como Vice-Presidente na chapa da Frente Brasil Popular.

Para finalizar, conclamamos o PT a somar esforços na construção de uma sociedade livre do racismo e da exploração, com a certeza de que ainda temos um longo caminho a percorrer. Um caminho que também passa pela eliminação dos preconceitos, que até mesmo militantes carregam dentro de si, e das atitudes discriminatórias que reforçam a dominação.

Brasília, 3 de setembro de 1989.

ASSINAM ESTA CARTA: Milton Barbosa – Coordenação Nacional MNU/SP; **Marcos Antônio Cardoso** – Coordenação Nacional MNU/MG; **Eliane Santos** - Coordenação Nacional MNU/PE; **Gerivaldo Nogueira** – Coordenação Estadual MNU/DF; **Valdélio Silva** - MNU/BA; **Jurema Batista** – MNU/RJ.

Direito à infância

O II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília, de 26 a 29 de setembro, contou com a participação de 713 crianças e adolescentes de todos os estados brasileiros. Durante o encontro, as crianças e adolescentes denunciaram as diversas formas de violência a que estão submetidas, chocando os presentes os dados sobre as práticas brutais de extermínio dos grupos organizados (policiais, comerciantes) para a eliminação de pessoas.

Entre os objetivos do Encontro estava a pressão sobre os parlamentares para a aprovação do projeto 1506/89, do estatuto da criança e do adolescente, que está em tramitação no Congresso Nacional. O novo estatuto substitui o ultrapassado, mas ainda vigente, Código de Menores e, restringindo os poderes hoje absolutos dos juízes, visa garantir direitos pessoais e sociais que permitam o desenvolvimento das crianças em condições de liberdade e dignidade. O MNU, presente ao encontro, assumiu o compromisso de lutar pela aprovação do projeto de estatuto.

Sobre a violência, onde sofrem mais cruelmente a discriminação, as crianças e adolescentes afirmaram que "é necessário e urgente que a sociedade compreenda que violência não é só apanhar da polícia, ser torturado, ser maltratado pelos donos de lojas e mercados. Mas violência é também:

– passar frio e fome
– não ter onde morar decentemente
– não ter como sobreviver
– não ter garantia de assistência médica
– não ter escola
– não ter o direito de ir e vir
– não poder andar e trabalhar nas ruas sem ser discriminado
– não ter o direito de ser criança e adolescente."

Maria das Graças Santos (MNU/DF)

Foto: José Araújo

A pena de morte, implantada indiretamente no Brasil, busca exterminar o povo negro. Por isso, não poupa nem as nossas crianças.

IX Norte e Nordeste

O IX Encontro de Negros do Norte e Nordeste/ENNNe foi realizado em Salvador, Bahia, no período de 7 a 10 de setembro, com a presença de grande parte dos estados das duas regiões. Mas apesar disto, foi considerado, pela maioria dos participantes, como fraco no conteúdo e desorganizado na estrutura. Prova disto foi o permanente esvaziamento das discussões, todas realizadas num amplo auditório, o que não permitiu uma participação mais ativa dos presentes.

O principal painel previsto – Eleições Presidenciais – também não conseguiu empolgar, apesar do esforço dos representantes dos presidenciáveis. Cabe perguntar: Por que nenhum candidato convidado se dispôs a comparecer pessoalmente?

Após 9 anos, ficou evidenciado o esgotamento de encontros desse tipo. Este aspecto foi analisado num documento do MNU, distribuído na ocasião, e em outro elaborado pelos companheiros do Maranhão, cujas propostas tiveram ampla aceitação durante o IX ENNNe.

Mas a falta de rumos da programação oficial do Encontro foi compensada pelos presentes através da realização de reuniões por grupos de interesse (imprensa, blocos afros, mulher, religião, avaliação do movimento negro). Este programa paralelo mostrou que quem está comprometido com os reais interesses da comunidade negra não se deixará abater pela atuação perniciosa das falsas lideranças, que nada propõem porque nada realizam para a organização efetiva dos negros do Norte e Nordeste.

Documento da Bahia

O Movimento Negro Unificado – MNU, representado neste IX ENNNe, pelas seções da Bahia (Alagoinhas, Salvador e São Francisco do Conde) e Pernambuco, saúda os participantes do Encontro e os conclama a refletir sobre a experiência que temos vivido desde o I Encontro de Negros do Norte e Nordeste, realizado em Recife, em 1981.

Ao longo destes anos nos propusemos a fazer dos Encontros Regionais um espaço para maior integração dos negros no Norte e Nordeste, para a definição de lutas e propostas comuns a serem levadas no dia-a-dia de todos os estados. E, além disto, sempre tivemos como perspectiva que a realização dos Encontros motivassem a ampliação do quadro de militantes e a criação de entidades negras nos estados onde estas ainda não existissem.

Mas apesar destes objetivos terem sido corretamente definidos, hoje vemos que em grande parte não foram atingidos. Este documento pretende apontar alguns problemas que nos impediram de chegar onde queríamos:

– A maioria dos Encontros preocupou-se em discutir um leque muito amplo de assuntos, o que sempre resultou num grande número de propostas aprovadas pelos Encontros, independentemente da viabilidade para executá-las. É preciso ressaltar que desde o 7º Encontro, realizado no Pará, já se nota a preocupação no sentido de centrar o temário dos Encontros num tema prioritário. Mas apesar disto, do ponto de vista das questões estruturais que atingem a comunidade, já produzismo um grande elenco de propostas, sem, no entanto, garantirmos que as mesmas sejam cumpridas pelos participantes dos Encontros.

– O surgimento de novos grupos e entidades negras nos estados não tem sido, necessariamente, resultado da realização dos Encontros. Por outro lado, há estados que deixaram de participar dos Encontros sem que se conseguisse saber dos motivos de sua ausência ou das suas dificuldades para a manutenção da luta.

– Há pessoas que, mesmo já tendo participado de vários Encontros, não são motivadas a se integrar nas entidades de seus estados ou a fomentar a criação de entidades novas. Isto evidencia que o tipo de discussão que normalmente ocorre nos Encontros é inadequado para estimular a organização dos participantes avulsos.

Na base dos aspectos anteriormente citados está uma questão central, que devemos encarar, se quisermos superar nossas dificuldades. Há pessoas, e mesmo entidades, que são levadas a substituir o trabalho cotidiano junto à comunidade pela realização de Encontros, onde as propostas tiradas se perdem no descompromisso da maioria dos participantes. Para nós a luta não se reduz a eventos localizados, é um trabalho permanente de ação e organização que exige continuidade e uma consciência definida sobre o que é o racismo, a quem o racismo interessa e qual o papel que esta ideologia assume na manutenção da superexploração que se verifica sobre amplos setores da sociedade brasileira.

Diante disto, procurando contribuir para os debates deste IX ENNNe, submetemos à apreciação de seus participantes as seguintes propostas:

1) Que os Encontros Regionais sejam de grupos e entidades do movimento negro, com pautas amarradas em cima de avaliações da implantação das propostas existentes e de tema da conjuntura.

2) Que em 1990, o ENNNe seja:

- Orientado no sentido de mapear as entidades e grupos negros existentes na região.
- Capaz de identificar os impasses das entidades em sua prática cotidiana, apontando para as questões que dependeriam de uma definição a nível regional.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – MNU

Salvador, 7 de setembro de 1989.

II Sul e Sudeste

O II Encontro dos Negros das Regiões Sul e Sudeste realizou-se nos dias 7, 8 e 9 de setembro, na Universidade de São Paulo. Para os militantes do Movimento Negro Unificado, o evento constituiu-se em importante fórum para ampliar a difusão do eixo de luta assumido nacionalmente pelo MNU: REAJA À VIOLÊNCIA RACIAL!

Com esse novo eixo de luta, o MNU visa impulsionar os negros no sentido de uma atuação mais contundente no combate à violência racial, através do fortalecimento de sua organização, de articulações jurídicas, de pressão sobre os meios de comunicação e de grandes mobilizações de massa.

O II Sul e Sudeste deu oportunidade também para que se aprofundassem as avaliações da importância da autonomia do Movimento Negro, da necessidade do fortalecimento de suas entidades, diferenciando-se o papel dos órgãos do Estado e dos partidos com intervenção na questão racial.

Entre as decisões do II Sul e Sudeste, destaca-se a de que dos próximos encontros só participarão entidades negras, superando-se a fase do oba-oba individualista. O Movimento Negro amadureceu e, numa etapa de dura luta política, exige que as entidades efetivamente se organizem, eliminando-se as práticas oportunistas e fisiológicas de certas "lideranças".

Urgência

À potência Z

Sendas abertas à força pesada
Movimento oscilante em veias rasgadas
Negação e afirmação do conhecido
Irresoluto e precipitante
Como fundo falso.

No espelho véus justapostos
Ocultam o olhar como telas metálicas
Tornando o ser difuso.
Separando definitivamente o exterior do interior
Entrechocam-se e percutem fantasias antigas
Que não se miram como a um só pertencente.

E eis que surge na arena
Dançarino flamejante de intenções
Descabido como algo que desceu em terreno ocupado
Misterioso como dádiva encantada
De longínquas paragens.

Propiciador que ignorava capítulos de sua doutrina
Arrebatado qual luz da primeira hora.
Entre trevas e lusco-fusco
Ninguém saberia dizer sua "Eternia".
De que matéria se constituía
A que missão se destinava.

Nas cores que esbanjava
A perplexidade das combinações
Sufocava os gritos de dor
Inibia os brados de alegria.
Chamejando como picantes chicotes
A volúpia luminosa impedia os sons.
Quem era aquele viajante de tantos confins?
Confinado em seus próprios gazes?

20 de Novembro

O Quilombo é memória, que não acontece só pros negros, acontece pra nação. Ele aparece, ele surge, nos momentos de crise da nacionalidade!

A nós não nos cabe valorizar a História. A nós nos cabe ver o continuum dessa História...

Porque Zumbi queria fazer a nação brasileira, já com índios e negros integrados dentro dela. Ele quer empreender um projeto nacional, de uma forma traumática, mas não tão traumática quanto os ocidentais fizeram, destruindo culturas, destruindo a História dos povos dominados.

Beatriz Nascimento.

RESENHA

Raça e subclasse: nós e nós

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989, 111 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 33.)

"O intelectual 'branco' (...) deve ficar surdo e mudo, submetendo-se a um código racial hipócrita e dilacerante?" Florestan Fernandes é quem pergunta e há mais de quarenta anos suas pesquisas e reflexões acerca das relações raciais no Brasil têm sido, mais que respostas de sua consciência crítica, vínculos e compromissos com aqueles que se empenham para que as desigualdades raciais não se reproduzam eternamente.

Vínculos não só da razão, mas também da emoção súbita que faz o pesquisador suspender o trabalho para chorar, apanhado pela cruel realidade dos dados recolhidos, como confessa na homenagem a José Correia Leite (p. 111). Recordo-me de uma intervenção do militante Florestan Fernandes numa reunião de militantes negros petistas e ex-petistas em Brasília, para discutir o protesto negro no Centenário da Abolição. Ele intervinha para lembrar a indispensável presença da música e da dança nas manifestações que então se projetavam e, emocionado, remeteu-nos a imagens vivas de sua infância, em que a miséria e a opressão racista não eram capazes de sufocar a expressão musical criadora de um seu vizinho e amigo negro.

Significado do protesto negro, que o seu autor define como "um panfleto de estímulo à consciência crítica e à pugna libertária", reúne artigos, ensaios, palestras, entrevistas, publicados na imprensa negra e na grande imprensa, que cobrem a década 1979/1989, e, como "Comparativamente, as diferenças entre a situação racial brasileira de 1951 (...) e a situação racial de hoje são de pequena monta", inclui ainda um importante texto da década de 50 sobre o mito da democracia racial **(Um mito revelador).**

Raça e classe: uma lacuna

Interar, fundir, transformar simultaneamente, combinar raça e classe – "via para transformar o mundo, para engendrar uma sociedade libertária e igualitária sem raça e sem classe. O nosso debate e o fim do nosso movimento é esse." (p. 12)

Em que pese o empenho do autor em pensar os conflitos raciais de uma perspectiva afro-brasileira, e a centralidade em sua reflexão da questão raça e classe, os textos reunidos no **Significado do protesto negro** não se voltam para a grande frustração da década: o embate que se travou entre a militância negra mais conseqüente e a esquerda no interior dos partidos e suas tendências.

Os anos 80 viram surgir e esfacelarem-se os novos guetos, agora partidários (núcleos, comissões, secretarias, subsecretarias, assessorias), sem que nem as cúpulas nem o corpo partidário conseguissem assimilar sequer os dados (mal e porcamente colhidos) do IBGE...

Resultado: há os que ficam para comemorar a aprovação de uma moção no apagar das luzes de um Encontro ou Convenção, há os que saem, ou melhor, retornam ao movimento negro, às tarefas de organização de uma força de transformação revolucionária. E redimensionam, como membros de uma subclasse superexplorada, a reflexão sobre raça e classe, entendidas não mais como "nós" e "eles", mas como nossa objetividade histórica, a impor uma organização independente.

O **Significado do protesto negro** se propõe panfleto e quer debate. É, nesse momento em que nos empenhamos em avaliações decisivas, de contribuição fundamental.

Edson Cardoso